

**EXERCÍCIO ANALÍTICO DE DISCURSOS: FÓRUM SUL DE COORDENADORES DE CURSOS DE FILOSOFIA E SIMPÓSIO SUL-BRASILEIRO SOBRE ENSINO DA FILOSOFIA**

Elisete Medianeira Tomazetti<sup>1</sup>  
Cláudia Cisiane Benetti<sup>2</sup>

**Resumo**

Este texto visa apresentar uma análise, de inspiração genealógica, do movimento de criação do Fórum Sul de Coordenadores dos Cursos de Filosofia, das produções oriundas do Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino da Filosofia e de suas contribuições para o delineamento epistemológico e político da área. Procura identificar as condições de emergência dos discursos sobre ensino de filosofia, produzidos neste processo.

**Palavras-Chave:** ensino de filosofia; análise de discurso; cursos de filosofia; genealogia; Fórum sul.

**Resumen**

Este artículo tiene como objetivo proporcionar un análisis, de inspiración genealógica, del movimiento de creación de el Foro Sur de Coordinadores de los Cursos de Filosofía, de las producciones del Simposio Sur- Brasileño sobre enseñanza de la filosofía y sus contribuciones para el delineamento epistemológico y político de la área. Busca identificar las condiciones de emergencia de los discursos sobre la enseñanza de la filosofía producidas en este proceso.

**Palabras clave:** enseñanza de la filosofía; analisis del discurso; cursos de filosofía; genealogia; Foro Sur

**Considerações introdutórias**

O presente texto é fruto da pesquisa que temos desenvolvido desde 2010, que tem como objetivo compreender o movimento histórico de criação do Fórum Sul de Coordenadores dos Cursos de Filosofia e do respectivo evento – *Simpósio*

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal de Santa Maria, Curso de Filosofia, elisetem2@gmail.com

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal de Santa Maria, Programa Especial de Graduação-Formação de Professores para a Educação Profissional – PEG, cisiane@terra.com.br

*Sul-Brasileiro sobre Ensino da Filosofia* - e sua contribuição para o delineamento epistemológico e político da área. Considerando tal objetivo, apresentamos uma análise de inspiração genealógica, identificando primeiramente, quais as condições que permitiram a emergência de sua criação e, posteriormente, dos discursos que, então, foram sendo produzidos no decorrer do processo, salientando os efeitos dos mesmos para o campo de estudo de Ensino de Filosofia. Entrevistamos três professores<sup>3</sup>, que estiveram na linha de frente desse processo, sendo estas entrevistas e as leituras de alguns dos textos apresentados nos Simpósios o material que compõe os elementos sobre os quais nos dedicamos para produção deste texto. Optamos em debruçarmo-nos sobre a criação do Fórum uma vez que este tornou possível o Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino da Filosofia, evento que foi muito importante ao abrir possibilidades de debate público sobre a disciplina de Filosofia, assim como pela divulgação, através dos livros, de textos que passaram a circular pelas mãos de professores e futuros professores de filosofia. Todo esse movimento tornou-se um movimento rico de possibilidades de estudo e pesquisa acerca do Ensino de Filosofia.

Para tanto, buscamos apontar as condições históricas de emergência do *Fórum Sul e constituição do Simpósio Sul Brasileiro de Ensino de Filosofia*, pontuando as tensões que compuseram aquele momento, primeiramente nas relações entre as universidades comunitárias/particulares e as universidades públicas organizadoras do evento e implicações destas relações com as condições dos cursos de Filosofia nas referidas instituições. Posteriormente, procuramos destacar as relações de saber e poder constituídas no processo de desenvolvimento do Simpósio, bem como de suas implicações com os discursos presentes nas produções escritas sobre o ensino de Filosofia e nas entrevistas dos professores organizadores do evento.

---

<sup>3</sup> Os nomes dos professores não serão divulgados. Eles serão identificados como professor A, vinculado a uma universidade federal; professor B, vinculado a uma instituição comunitária e o professor C, na época pertencente a uma universidade comunitária e também participante da editora que publicou os livros dos simpósios.

## Desenvolvimento e Movimentos do Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia

As primeiras reuniões de professores e coordenadores de Cursos de Filosofia ocorreram no final da década de 1990. Os encontros aconteciam aos sábados pela manhã, para que o deslocamento dos participantes não prejudicasse suas aulas nos cursos de Filosofia, durante a semana. *“Marcávamos os encontros para às 9 horas da manhã para dar tempo dos professores se deslocarem; vinham por meios próprios, pela paixão do que faziam. Depois voltavam para suas casas”* (Professor A - ENTREVISTA). As reuniões ocorriam uma vez por semestre.

A primeira reunião ocorreu em 1999, na UPF, com a participação dos coordenadores dos cursos de Filosofia de Chapecó, da UNIJUÍ e da UNISINOS. O professor B, ao ser entrevistado, em sua primeira manifestação destacou: *“A semente original do Fórum começou em 1999, a partir da preocupação com a inserção da Filosofia nas escolas e com o próprio futuro do curso de Filosofia da UPF, em função dos poucos alunos do curso e da pouca procura pelo vestibular”* (PROFESSOR B - ENTREVISTA).

Consideramos, aqui, um primeiro elemento: as universidades envolvidas, nesse início, com a perspectiva de criação do Fórum de Coordenadores de Cursos de Filosofia da Região Sul, Fórum Sul, eram instituições comunitárias e naquele momento a Filosofia, pela LDB 9394/96, não tinha caráter de obrigatoriedade no ensino médio. Os cursos de Filosofia, mesmo sendo de licenciatura e, por isso, conferindo, ao seu final, diploma de professor aos seus alunos, não eram atrativos para os jovens que necessitavam trabalhar após ter em mãos um diploma universitário. A saída para esses acadêmicos passava, então, pela busca de um emprego de professor de Filosofia nas escolas privadas ou seguir estudando, fazendo o curso de mestrado em Filosofia. A preocupação dos professores desses cursos e, certamente de tantos outros, era manter a sua existência. Tal preocupação era também dos professores dos cursos das universidades públicas, federais; porém, certamente, com uma pressão menor em relação ao número de estudantes que frequentavam o curso.

A segunda reunião ocorreu na UNISC, em Santa Cruz do Sul. *“O curso de Santa Cruz não estava muito bem, pois não havia saído turma e haviam poucos alunos matriculados. (...) Se fez presente o pessoal da UNISINOS, UCS, UFPel, UNIJUÍ, UFSM, UPF e UNIFRA. Essa reunião deu início ao Fórum”* (PROFESSOR B - ENTREVISTA). Participaram desse encontro sete cursos de Filosofia do RS e na época, afirma o professor B, o estado do Rio Grande do Sul contava com dezesseis cursos. Era um bom número para o início; no entanto, ressaltamos que dentre as instituições participantes das reuniões iniciais, apenas uma era pública, a UFSM.

Ao fato destacado acima agregamos outro, que se fez presente em todo o período de existência do Fórum Sul, qual seja, a sua institucionalização, que era justificada por alguns participantes, pelo fato de que esta facilitaria o financiamento do Simpósio, que em breve passaria a ocorrer. Acerca disso o professor A diz: *“Assumir um compromisso formal a partir de um documento de caráter jurídico era inviável”*. E o professor B confirma: *“Alguns eram favoráveis e outros contrários, pois era argumentado que com a institucionalização o Fórum perderia o seu espírito, ficaria muito circunscrito às pessoas”*.

A criação do Simpósio Sul-Brasileiro de Ensino de Filosofia foi decidida pelo grupo de coordenadores de Cursos de Filosofia da Região Sul, o denominado Fórum Sul de Coordenadores de Cursos de Filosofia, na terceira reunião, que ocorreu na UNISINOS.

*Nesta reunião foi apresentada a proposta do simpósio em Passo Fundo, em função de que o curso precisava de ajuda, pois em 2000 não saiu turma e tínhamos perdido os seminaristas e o evento era a oportunidade de dar uma revigorada no curso. O pessoal deu carta branca para que o simpósio fosse pensado e realizado. O formato de simpósio foi sugerido pela UNIJUÍ; havia dúvida se seria colóquio, seminário, etc. O evento não teve financiamento, não foi cobrada inscrição; tivemos apenas alguma ajuda da reitoria.* (PROFESSOR B – ENTREVISTA).

Naquele momento histórico dos Cursos de Filosofia, é preciso considerar que o objeto do diploma conferido aos estudantes – Professor de Filosofia – não assumia efetividade, pois nas escolas públicas do Brasil, a Filosofia era,

praticamente, uma disciplina ausente. A expressão “praticamente”, utilizada, deve alertar para o fato de que, como uma disciplina de caráter opcional, desde meados da década de 1980, em algumas escolas públicas ela fazia parte do currículo. Reivindicar, de diferentes formas, o retorno obrigatório da disciplina passava a ser condição de existência dos próprios cursos de Filosofia.

Nacionalmente, desde a aprovação da LDB 9394/96, professores de Filosofia de diferentes universidades reclamavam posições mais efetivas dos parlamentares e dos membros do Conselho Federal de Educação. Em 1999, ano importante no movimento de criação do Fórum Sul de Coordenadores de Cursos de Filosofia, a Câmara dos Deputados, em 22 de setembro aprovava o projeto de lei n. 3.178/97, do Deputado Padre Roque (PT-PR), que alterava a LDB 9394/96, tornando obrigatória a disciplina de Filosofia em todos os estados brasileiros. No entanto, mesmo tendo sido também aprovada no Senado, em outubro de 2001 o presidente da República, na época, Fernando Henrique Cardoso, vetava a referida Lei, obrigando a comunidade dos professores de Filosofia a continuar criando estratégias para resistir a tal situação. É nesse contexto que nos Estados da região Sul do Brasil, principalmente do RS, os coordenadores de Curso de Filosofia iniciaram seus encontros, tornando a primeira década dos anos 2000 bastante importante e significativa, a ponto de constituir-se em referência para outras universidades brasileiras.

A ideia de um evento que colocasse em pauta as questões relativas ao ensino da Filosofia, de forma a dar visibilidade à importância da disciplina na escola básica e na formação dos jovens estudantes foi colocada em pauta na terceira reunião do Fórum Sul, ocorrida na UNISINOS. Segundo o PROFESSOR B, foi apresentada a proposta de se realizar o primeiro simpósio em Passo Fundo, que foi aceita. O simpósio foi organizado da seguinte forma: duas conferências principais, com os professores Silvio Gallo e Walter Kohan, sobre as temáticas do ensino de filosofia no ensino médio e no ensino fundamental, respectivamente; três mesas temáticas, com convidados dos cursos de Filosofia, que assumiram os gastos de deslocamento e hospedagem, e apresentação de trabalhos. *“Foram quase 500 participantes no simpósio, teve caravana do Paraná; veio um ônibus lotado (...) até*

*então, o pessoal do Paraná não havia participado das reuniões.*” (PROFESSOR B- ENTREVISTA).

Durante o evento (2001) foi realizada uma reunião dos coordenadores participantes do Fórum Sul em que foi decidido o recolhimento de abaixo-assinado de apoio ao projeto de lei do Padre Roque, que logo em seguida seria vetado (outubro de 2001) pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, segundo o PROFESSOR B.

Outra decisão importante do grupo do Fórum Sul foi acerca da necessidade de publicação das conferências, mesas redondas e seções especiais em livro. Os demais trabalhos seriam publicados em Anais. A questão, então, passava pelo financiamento da publicação, uma vez que o Fórum não tinha recursos para disponibilizar; esta era uma justificativa para a criação de uma entidade jurídica que o legitimasse. A UNIJUÍ indicou sua editora para realizar a publicação e, assim, o livro do primeiro simpósio, ocorrido em Passo Fundo, em 2001, foi publicado em 2002, juntamente com o livro do segundo simpósio. Assim, entre os anos de 2002 e 2008 a UNIJUÍ assumiu a tarefa de colocar à disposição da comunidade o rico acervo de produções acerca do ensino da Filosofia.

O PROFESSOR C destaca dois motivos para a publicação dos livros: *“contribuir para preencher uma lacuna então existente no país, que era a da produção sobre o ensino da Filosofia por filósofos e promover o debate efetivo e a memória intelectual de tais eventos”*. Sua participação ocorreu desde 2002, na coordenação e preparação das edições dos Simpósios, na Coleção Filosofia e Ensino. *“Para tanto, mantínhamos contato intenso com autores e organizadores de cada volume, de modo a assegurar a fidelidade dos livros, evitando a desinformação e a arbitrariedade, que marcam muito facilmente o fechamento de uma edição”*. (PROFESSOR C- ENTREVISTA)

A realização do Simpósio implicava a publicação do referido livro; duas ações que foram fundamentais naquele período para que a área do ensino de Filosofia pudesse ir se constituindo na Região Sul e, ao mesmo tempo, se fossem construídos argumentos de defesa pela presença obrigatória da Filosofia no Ensino Médio brasileiro. Mas seus efeitos não foram apenas para fora dos cursos de

Filosofia; começaram a repercutir, também, nos próprios cursos de licenciatura em Filosofia. O PROFESSOR C destaca alguns desses efeitos do Simpósio e dos livros:

*As publicações tinham um papel muito significativo, pois além de preencher uma lacuna na produção filosófica, contribuíram para que esse debate ocorresse de fato nos cursos de Filosofia e para que chegasse a um público além dos eventos. Já os Simpósios foram, muito provavelmente, a primeira experiência substantiva a reunir cursos de Filosofia da Região Sul do país. Contribuíram fundamentalmente para o diálogo entre esses docentes e alunos e também cumpriram relevante papel na luta pela volta da Filosofia no Ensino Médio (...).* (PROFESSOR C-ENTREVISTA)

No excerto acima o professor destaca a importância que as referidas publicações atingiram, no âmbito dos cursos, fomentando o debate sobre ensino da Filosofia. Esta foi, sem dúvida, uma marca importante do Simpósio e de seus livros, vinculada a outras ações e produções que marcaram essa década no Brasil. Nesse caso, atrelavam-se às lutas amplas pelo retorno da Filosofia no Ensino Médio; aos processos de sensibilização dos cursos de Filosofia acerca de seu caráter formador de professores. A visibilidade das questões relativas ao ensino da Filosofia passava, então, a ser um fato importante.

### **Ameaça a Existência dos Cursos de Filosofia**

*É preciso perguntar: por que isso é dito aqui, deste modo, nesta função, e não em outro tempo e lugar, de forma diferente?*(FISCHER, 1996, p.108).

Tomando como referência as entrevistas realizadas com professores que participaram ativamente do processo de criação do Fórum Sul e os livros publicados a partir dos simpósios realizados, destacamos um primeiro enunciado – *Ameaça a existência dos Cursos de Filosofia*.

No Brasil sempre existiram muitos cursos de Filosofia, seja em instituições públicas, seja em instituições privadas, fruto de uma herança religiosa e, também, a partir dos anos 30 do século XX, de uma estrutura alemã de universidade, que

colocava a Filosofia, como curso importante, mas também, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, como seu núcleo central. No primeiro caso, os cursos de Filosofia eram os responsáveis pela formação humanista em geral, que era oferecida aos estudantes de todos os cursos. No segundo caso, é preciso lembrar que no século XX, as universidades criadas no Brasil traziam a marca da herança alemã, sendo a Filosofia o coroamento dos estudos universitários, em seu caráter humanista e reflexivo, como nos referimos acima. Podemos lembrar, aqui, que a Universidade de São Paulo, criada em 1934, constituiu a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da qual fazia parte o Curso de Filosofia, cuja estrutura e metodologia de ensino influenciaram a criação das universidades brasileiras ao longo do século XX.

Em geral, os cursos de Filosofia que foram sendo criados nessas instituições eram de licenciatura, ou seja, teriam como objetivo fundamental a formação dos futuros professores que atuariam nas escolas brasileiras. Como já é de notório conhecimento, a disciplina Filosofia, durante o século XX e parte do século XXI oscilou entre ser obrigatória, estar completamente ausente do currículo ou ser uma disciplina de caráter opcional das próprias escolas. Considerando, em nossa análise, o período que inicia na década de 1970 até a promulgação da LDB 9393/96, podemos afirmar que o campo de trabalho dos egressos (professores) dos cursos de Filosofia era praticamente inexistente. Mesmo assim os cursos se mantiveram e a grande expectativa era, então, que a LDB, aprovada em 1996, pudesse reverter tal situação. Isso não ocorreu e a Filosofia e a Sociologia, foram referidas no documento como conhecimentos que os estudantes, ao final de sua escolarização, deveriam dominar.

Essa situação nos possibilita compreender as dificuldades crescentes que todos os cursos de Filosofia enfrentavam. A manutenção de tais cursos, dentro de um sistema universitário cada vez mais competitivo e voltado a atender as demandas do mercado de trabalho passou a deixá-los em situação de risco. A cada ano diminuindo o ingresso, via vestibular, de novos estudantes; a cada ano diminuindo o número de estudantes concluintes do curso, indicava, minimamente, a necessidade de avaliar as perspectivas de futuro. De outra parte, internamente, os



outros cursos universitários foram, paulatinamente, dispensando, de seus currículos a Filosofia, cujo objetivo era fornecer uma formação humanista de caráter geral aos futuros profissionais de várias áreas, como Medicina, Engenharias, Direito, entre outros.

Outro elemento, a ser agregado nessa composição, diz respeito às modificações ocorridas no âmbito da produção filosófica brasileira, ou seja, a pesquisa em Filosofia. Nas últimas décadas, com mais ênfase a partir dos anos 2000, a reestruturação do sistema de pós-graduação brasileiro, com um processo rigoroso de avaliação organizado pela CAPES, fez com que a pesquisa em Filosofia “se profissionalizasse”. Com essa expressão queremos nos indicar: a racionalização do tempo de produção das dissertações e teses, a definição clara e precisa das Linhas de Pesquisa, a formação de pesquisadores desde o seu início nos cursos de graduação em Filosofia, e a adesão a um assunto/tema bastante específico, que posteriormente circularia, de forma majoritária, apenas entre os seus pares e grupo de pesquisa, entre outros.

Se os cursos de licenciatura em Filosofia não podiam cumprir seu papel principal de formador de professores para atuarem na Escola Básica, novas estratégias de sobrevivência foram sendo gestadas. Nesse caso, uma formação do jovem pesquisador, que desde cedo lhe preparava para sua entrada nos cursos de mestrado e, posteriormente, de doutorado. No entanto, é necessário destacar que tal situação ocorreu em instituições, quase que exclusivamente públicas, ou privadas, com tradição. Para as demais instituições, a manutenção dos cursos de Filosofia era cada vez mais difícil.

A aprovação de uma lei que alterasse a LDB 9394/96 e conferisse à Filosofia a condição de disciplina obrigatória passou a ser o objetivo fundamental da comunidade filosófica. O Rio Grande do Sul, no período de criação do Fórum Sul de Coordenadores de Cursos de Filosofia, contava com 16 cursos de Filosofia, o que lhe conferia o segundo lugar no Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo. Lembremos, então, que as duas instituições pioneiras na organização das primeiras reuniões de coordenadores foram a UPF e a UNIJUÍ. Aos poucos cursos de Filosofia de outras instituições de ensino superior foram sendo agregada:

UNISINOS, UNIFRA, PUCRS. Junto com essas instituições comunitárias/privadas estava a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na verdade a única instituição pública presente de forma atuante desde o início das atividades. Outras instituições públicas, com tradição nos cursos de Filosofia, como UFRGS, UFPR, UFPEL, UFSC nunca participaram ou tiveram pouca expressividade nas atividades realizadas no período.

Nesse cenário, a presença das instituições comunitárias, com forte tradição nos cursos de Filosofia, emerge como uma condição importante para a criação do Fórum Sul e de seus simpósios. As ações a partir dele produzidas permitiam o alinhamento com outros grupos que, em nível nacional, procuravam o reconhecimento da Filosofia como disciplina obrigatória no ensino médio. Esse seria, então, um fato que poderia reverter a situação dos cursos, naquela época, com carência de alunos e em difíceis condições de sobrevivência.

A partir desse quadro entende-se a presença majoritária dos coordenadores de Cursos de Filosofia das instituições comunitárias. Ao longo do processo de criação e manutenção do Fórum e do Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia a presença de instituições como UFRGS, UFPR e UFSC ocorreu de forma esporádica e não com a presença constante dos coordenadores dos cursos de Filosofia. A participação ocorria muito mais no âmbito do Simpósio, em mesas temáticas ou apresentação de trabalhos. Por isso, a defesa da institucionalização do Fórum pelos coordenadores das instituições comunitárias; eles eram a maioria e a sua formalização jurídica não era considerado um problema. Ao contrário, para as instituições públicas tal fato adentrava na ordem da impossibilidade. *“No interior do grupo havia uma divisão entre os professores das universidades federais e os professores das particulares, que tinham pressa em amarrar as coisas; isso gerou certo desentendimento interno”* (PROFESSOR A – ENTREVISTA)

### Algumas relações de poder-saber no âmbito do Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia e de seus livros

A estrutura do simpósio, como já mencionado anteriormente, era a seguinte: conferências de abertura e encerramento, mesas temáticas, sessões especiais e comunicações de trabalhos. Exceto os apresentadores de comunicações, todos os outros grupos de participantes eram definidos pelo grupo e a regra era que os membros das mesas temáticas e das sessões especiais fossem dos cursos de Filosofia, participantes do Fórum. Essa participação não implicava que tais docentes fossem pesquisadores da área do ensino ou que efetivamente ministrassem disciplinas voltadas à formação do professor. Vale lembrar aqui que a pesquisa em Ensino de Filosofia, nesse período, pós LDB 9394/1996, estava timidamente iniciando.

O lugar institucional privilegiado dos enunciadores era o curso de Filosofia. Mesmo que durante muito tempo o discurso acerca do ensino de Filosofia tenha sido considerado um tema periférico nos cursos, aos poucos foi ocorrendo uma aderência, embora *superficial*, a esse discurso emergente. O fórum, os simpósios e a publicação dos livros constituíram-se em espaços de visibilidade e de poder, que repercutiam favoravelmente nos cursos, também com a abertura de espaços de visibilidade para disciplinas, discussões e outras práticas, cujo objeto fosse o ensino da Filosofia na escola. Nesta situação, passavam a circular nos cursos, mesmo que de forma insipiente ainda, questões acerca de sua obrigatoriedade, com todas as suas implicações.

Participar do Fórum, como convidado, era algo considerado importante pelos professores das universidades; significava marcar o lugar de fala e o lugar específico no interior de uma dada instituição e, logo em seguida, marcar esse lugar de reconhecimento no campo discursivo da produção bibliográfica que foi sendo feita ao longo da década. Vejamos o excerto da entrevista abaixo:

*Percebíamos que a cada ano não aumentava a discussão sobre didática, metodologias. Pensávamos que o Fórum deveria se proteger contra aqueles professores que queriam encher seu Lattes. Não percebíamos o avanço dessas*

*discussões. Nem mesmo de propostas didáticas. Aquelas enormes sessões de artigos que não tocavam no tema do ensino da Filosofia. Por isso percebíamos que era o momento de encerrar aquele ciclo e batermos a cabeça com outras possibilidades.* (PROFESSOR A – ENTREVISTA)

Da leitura inicial dos nove livros, durante nossa pesquisa, constatamos: muitos livros divididos em seções que variavam entre os temas Filosofia com Crianças, Filosofia no Ensino Médio, Formação dos Professores de Filosofia e temas gerais de Filosofia e Filosofia da Educação. Para o PROFESSOR A, o objetivo do Simpósio seria trazer à tona investigações que abordassem especificamente o ensino da Filosofia, ou seja, que tratassem de temas que reverberassem nos processos formativos dos futuros professores e fossem referências para os docentes já em atividade nas escolas.

Todavia, era proferido um discurso que naquele momento e lugar assumia certo sentido, pois não sendo a Filosofia, ainda, disciplina obrigatória, o sujeito enunciador permanecia em um lugar de “conforto” para abordar tal temática *de forma geral*. Os ditos e os escritos eram constituídos pelas condições que foram sendo produzidas. No entanto, a partir da inclusão da disciplina Filosofia no texto da LDB 9393/1996, ocorrida no ano de 2008, o discurso a ser pronunciado passava por outras condições de possibilidade; aquele caráter genérico não mais se sustentava. Como descreve o PROFESSOR A: *“Aquelas enormes sessões de artigos que não tocavam no tema do ensino da Filosofia. Por isso, percebíamos que era o momento de encerrar aquele ciclo e batermos a cabeça com outras possibilidades”*. Naquele período, naquele contexto, com as condições produzidas pelas políticas educacionais do período, um ciclo determinado de discursos foi possível. Nas condições constituídas a partir de 2008, a percepção era de que outro ciclo estava surgindo e outro discurso passaria a ser engendrado. O Fórum, os Simpósios e, conseqüentemente, os livros terminaram *“porque participavam pessoas que não tinham o pé na escola”* (PROFESSOR A). Essa frase torna-se emblemática para a análise do corpus de nossa pesquisa: até determinado momento foi possível e permitido o discurso proferido por pessoas que assumiram a *função-sujeito* de apresentar argumentos positivos acerca da necessidade da

Filosofia na formação dos jovens estudantes do ensino médio brasileiro. Também era permitido um discurso que provocava questionamentos acerca do modelo de ensino de Filosofia praticado no ensino superior, o qual ainda se repetia em escolas, pautado na História da Filosofia e não no “filosofar” e, também, nos problemas vividos nos cursos de Filosofia em relação à formação dos futuros professores. O excerto abaixo reforça essa percepção:

Não é coerente que os cursos de licenciatura em filosofia continuem exercendo seu papel de licenciar futuros professores de filosofia sem pensar com seriedade a formação dos professores de filosofia. (FÁVERO et al., 2002, p. 9)

A “estrutura protetora dos departamentos” (idem, p. 9), permanecia quase intacta naquela década, mesmo que os discursos produzidos no interior do Fórum e dos Simpósios começassem a trazer para sua superfície os problemas relativos ao ensino da Filosofia. As práticas discursivas antes naturalizadas passaram a ser, então, nomeadas como tradicionais e, por isso, devendo ser modificadas. No entanto, como assinalamos anteriormente, esse era um discurso inicial possibilitado por aquelas condições. Entretanto, outras condições seriam necessárias para sua modificação. Naquela década o que foi possível dizer foi o que segue nos excertos abaixo. Tais enunciados eram repetidos muitas vezes, de diferentes maneiras, nos diferentes volumes dos livros.

Não basta batalhar para que a legislação determine a obrigatoriedade da disciplina Filosofia no Ensino Médio se os cursos de Filosofia não tiverem uma política de formação do professor de Filosofia. [...] O ensino de Filosofia deve ocupar um lugar central na reflexão dos cursos de licenciatura em Filosofia. (FÁVERO et al., 2002, p. 9).

Ao mesmo tempo em que a tônica dos discursos versava sobre o retorno obrigatório da Filosofia, era destacada a necessidade de voltar o olhar para as práticas formativas dos futuros professores que ocorriam no interior dos Cursos. Em nossa análise destacamos a manifestação de apelos para que tais práticas

fossem mudadas, como se para tal fosse necessário apenas um ato de vontade de cada professor. Podemos pensar que nesse caso, as condições de possibilidade não estavam dadas, mas algumas foram sendo constituídas a partir de 2008, com a inclusão da Filosofia no currículo do Ensino Médio, com a criação do Reuni e do PIBID.

O Reuni, *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*, (2007), que, dentre suas várias ações, destacamos a criação de novos cursos de Filosofia, bacharelado e/ou licenciatura; contratação de novos professores para os departamentos de Filosofia, para atuarem em disciplinas vinculadas ao Ensino da Filosofia. Essas são ações que atingiram os cursos de Filosofia das universidades federais, cujos efeitos, mesmo que tímida e gradativamente, recaem sobre as práticas discursivas de tais cursos.

O PIBID, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, foi criado pela CAPES, em 2007, tendo, entre seus objetivos: preocupação com a formação inicial de professores, valorização da profissão docente e interação entre escola e universidade. Esta política pública da educação brasileira tem produzido efeitos que começaram recentemente serem analisados. Não nos detivemos em trazer para esse texto uma análise mais minuciosa de tais efeitos, mas *suspeitamos* que o PIBID tem alterado as práticas discursivas e não discursivas de todos os cursos de licenciatura brasileiros e também ressaltamos que este Programa não ficou restrito às instituições federais ou estaduais. Está presente também nas instituições comunitárias e privadas. O Programa oferece bolsas de iniciação à docência, bolsa para professor supervisor e coordenador do projeto.

As condições produzidas pelas políticas públicas como o REUNI e o PIBID, somadas à abertura de concursos públicos para seleção de professores de Filosofia para atuarem em disciplinas que tratam do Ensino da Filosofia, em diferentes universidades e para professores de Filosofia no Ensino Médio; o aumento de seminários, congressos sobre Ensino de Filosofia no Brasil e a produção de pesquisas com foco específico na área, entre outros fatores, vem colocando em circulação outros discursos que assinalam tal especificidade.

A qual especificidade estamos nos referindo? Ora, ela diz respeito ao Ensino da Filosofia, multifacetado nos seguintes elementos: didática; metodologias; currículo; livros didáticos de Filosofia; avaliação; materiais didáticos, entre outras. O envolvimento com a escola, a circulação de textos sobre tais temas no interior dos cursos, a realização de oficinas e demais atividades nas escolas ou nos cursos de Filosofia, passou a produzir novos efeitos e novos discursos. Um novo processo está sendo constituído e é nesse momento no qual que estamos inseridos.

### **Considerações Finais**

Salientamos que um movimento que se compôs no campo do ensino da Filosofia a partir do Fórum Sul de Coordenadores de Cursos de Filosofia e do Simpósio Sul-brasileiro sobre Ensino da Filosofia, juntamente aos livros produzidos no período de existência do Simpósio, pautou-se na sensibilização e na visibilidade para o retorno e importância da Filosofia como disciplina obrigatória no Ensino Médio. Constituiu-se um campo de luta que cresceu e se fortaleceu de 1999 a 2008, constituindo-se também, em um espaço de reflexão sobre as necessidades de reformulação e de revisão das propostas de ensino que orientam os cursos de Licenciatura em Filosofia. Nesse contexto, destacamos o papel das instituições comunitárias/privadas, que necessitavam dar conta da ameaça de fechamento de seus cursos de Filosofia, visto que ser professor de Filosofia não era algo atrativo e apresentava poucas chances de atuação.

Também destacamos as relações de saber-poder que se constituíram inicialmente na institucionalização ou não do Fórum e, posteriormente, pela busca de um lugar de discurso no espaço aberto pelos Simpósios. Neste lugar de fala, destacamos que os escritos dos livros e nas escolhas dos membros que compunham as mesas temáticas e as sessões especiais, o lugar institucional privilegiado dos enunciadores era o curso de Filosofia. No decorrer dos eventos e de suas publicações colocava-se à mostra a pouca vinculação teórico-prática ao ensino da Filosofia de muitos dos palestrantes e autores de textos publicados nos livros dos Simpósios. Os discursos sustentavam, em sua maioria, um lugar de

destaque à Filosofia, a seus autores e à diferentes sistemas e ideias, em detrimento das reflexões sobre a produção de experiências didático-pedagógicas e metodológicas acerca do processo do ensino da Filosofia, que ocorria nas escolas e nas práticas discursivas e não discursivas nos cursos de Licenciatura em Filosofia.

Ao longo dos Simpósios os discursos permaneceram atrelados à importância do retorno da Filosofia nas escolas, à necessidade de se reavaliar os modelos de ensino desenvolvidos e à necessidade de reformulação dos currículos que compunham os cursos de Licenciatura em Filosofia. Conforme o PROFESSOR A, faltou “*fazer o dever de casa*”, que era justamente articular metodologias, didáticas e currículos mais afinados com as demandas educacionais de nosso tempo. Neste sentido, considerou-se que um ciclo havia se fechado, visto que a condição para se produzir pesquisa sobre ensino da Filosofia implicava a aproximação com a Filosofia em ação nas escolas, no contexto de seus limites e possibilidades. Por conseguinte consideramos que o PIBID, que vem marcado por demandas gestadas pela aproximação dos alunos de licenciatura em Filosofia com as escolas, coloca em movimento outras práticas discursivas e não discursivas. Este movimento está desassossegando docentes e alunos e por isso apostamos que este desassossego pode gerar experiências de formação que venham a sustentar novas perspectivas, novas experiências didático-metodológicas e novas conformações curriculares que busquem dar conta de uma formação atenta aos processos históricos, socioculturais e políticos de nosso tempo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9394/96: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Decreto Nº 6.096, de 24 de Abril de 2007**: Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.. v. 1, n. 1, Seção 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 05 dez. 2014.



BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria Normativa n.38** – Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID. Brasília/BR: Diário Oficial da União, 12. dez.2007, Seção 1, p.39. BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria n.1.504** – Altera a Portaria n. 38 de 12 de dezembro de 2007, que "Dispõe sobre o Programa de Bolsa. Institucional de Iniciação à Docência-PIBID". Brasília/BR: Diário Oficial da União, 12. dez.2008, Seção 1, p.21.

FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar (org.). **Um olhar sobre o ensino de Filosofia**. Ijuí: Unijuí, 2002.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Adolescência em Discurso: mídia e produção da subjetividade**. 1996. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Porto Alegre, 1996.